

EDITORIAL

Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas chega ao nº96, vol. 25, cumprindo seu projeto de oferecer elementos que favoreçam a discussão acadêmica, pretendendo gerar novos debates, e que provoquem a reflexão necessária à abordagem das questões da educação no Brasil e no mundo.

Continuamos a ver em nosso horizonte o mesmo cenário que se desenhou no início dos anos 2000, com os desafios que, embora não tão novos já à época, desde então se apresentam a pesquisadores, professores, decisores e gestores da Educação, apesar da produção científica desenvolvida e das ações políticas implementadas.

Os artigos que compõem este número são contribuições de autores nacionais e internacionais, que, na construção de seus textos, abordam as questões referidas com pluralidade de temas e de orientações e, assim, também de fundamentação teórico metodológica. Isto se revela nos dez artigos deste número, dentre os quais, particularmente, dois tratam da formação de professores, dois da inclusão educacional e três do ensino superior, deixando aos demais textos a amplitude de aproximação de outras questões ínsitas ao campo da educação.

Este número é aberto com o texto de Jucilene Dias Maranhão e Renata Meira Veras e destaca a ampliação de cursos noturnos no ensino superior, a partir do Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais- REUNI, e a conseqüente expansão de oportunidades para trabalhadores oriundos de camadas populares. Essa forma de ampliação do acesso e sua decorrente democratização são abordadas buscando conhecer as percepções que a clientela alvo tem do ensino superior noturno na UFBA. As autoras entendem que as questões presentes na pesquisa desenvolvida e os resultados encontrados podem servir de instrumento de reflexão sobre os cursos noturnos em plano nacional, considerado o princípio da democratização do acesso.

Em seguida, Adelia Miglievich Ribeiro oferece sua contribuição à história da educação no Brasil, tendo como objeto os intelectuais públicos brasileiros, na perspectiva de seu projeto de nação nos anos 1950 e 1960. Seu texto se constrói a partir de sua pesquisa sobre esses intelectuais, em que revisita a UnB. O estudo se fundamenta na ideia mannheimiana de *intelligentsia*, que caracterizava os chamados intelectuais públicos, engajados nos projetos de modernização do país, e identifica Darcy Ribeiro como um dos intelectuais que abraçava essa “utopia”, vendo na educação e na ciência suas forças constitutivas.

Por sua vez, Andrea Tereza Brito Ferreira, Eliana Borges Correia de Albuquerque e Erica Windler analisam propostas de formação continuada de professores alfabetizadores, buscando entender as concepções de língua e de formação em se assentam as práticas dessa formação. O estudo abrange dois municípios da área metropolitana de Recife, encontrando orientações diversas nas propostas de formação desenvolvidas pelos municípios alvo. Por entendermos que a questão da formação de professores permanece no *spectrum* das grandes questões que desafiam o princípio do direito à educação, uma vez que o exercício desse direito demanda, entre outros aspectos, a qualidade do ensino, na qual o professor se identifica como um dos componentes de sua configuração, permitimo-nos assinalar a relevância de estudos nesse campo.

Mylene Cristina Santiago, Mônica Pereira dos Santos e Sandra Cordeiro de Melo são as autoras que, neste número, introduzem o tema da inclusão em educação. Seu trabalho discute dados do Observatório Nacional de Educação Especial no Estado do Rio de Janeiro- OEERJ, identificando as questões do diagnóstico de alunos, das políticas avaliativas em larga escala e das necessárias mudanças nas práticas avaliativas no cotidiano escolar. Destacam a importância do processo avaliativo na construção de propostas pedagógicas. Os dados do OEERJ, em sua amplitude e riqueza, criam o desafio para o prosseguimento de investigações.

A questão da avaliação também é abordada por Cynthia Bisinoto e Leandro S. Almeida, desta vez com um olhar de além-mar, pois a pesquisa ocorreu em três universidades públicas portuguesas, buscando conhecer as percepções dos docentes em relação à avaliação desenvolvida pelos alunos, no que concerne à qualidade do ensino oferecido. Como resultado das entrevistas realizadas são encontradas percepções positivas, mas prevalecem as críticas e destaque de aspectos negativos. Coube aos autores identificar algumas perspectivas em relação ao processo de avaliação e melhoria de práticas pedagógicas.

Sonia Regina Mendes dos Santos, Belmira Oliveira Bueno e Diego Ferreira expõem a questão das políticas de formação de professores ancoradas no Plano de Ações Articuladas- PAR, implementadas em quatro municípios da Baixada Fluminense, RJ. Seu objeto particular são dois programas de formação continuada, o Pró Letramento e o Gestar. Suportados pelos relatórios do PAR e por entrevistas com os gestores, identificaram as formas de operacionalização e caracterizaram a colaboração entre os municípios e o governo federal. Destaca-se nos resultados a questão de que cursos de diferentes formatos, dinâmicas e tempo são condicionadores da efetividade de tais políticas, considerada a especificidade de cada município.

A política educacional se configura, em seus pressupostos, aspectos normativos e conceituais, no seio das ações de órgãos presentes na estrutura administrativa, cujos atos permitem conhecer os pressupostos que constroem a orientação política adotada pelo governo de um determinado ente federativo, embora em preconizada harmonia com o que se estabelece em nível federal. O Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro é um espaço de participação na política educacional, no campo das orientações e normas de organização e administração do sistema de ensino. A análise de sua trajetória neste estudo favorece uma aproximação da questão das relações desse conselho com o poder executivo estadual e remete ao horizonte da política educacional em plano nacional, consideradas as interações entre todos os níveis de governo. Maria Celi Chaves Vasconcelos, Nival Nunes de Almeida e Leonardo Ferreira Peixoto, em seu estudo, põem em foco as heranças e influências dos colegiados que originaram o CEE/RJ e, através de pesquisa bibliográfica e documental, demonstram como esse colegiado foi marcado pela descontinuidade na política.

Alba García-Barrera nos traz um outro olhar de além-mar. Seu texto oferece uma segunda contribuição ao estudo da inclusão, este firmado numa base conceitual, atentando para aos portadores de necessidades especiais na Espanha. Comenta que a formação que atualmente os professores recebem para a atenção à diversidade é escassa e que na titulação para o magistério não consta a especialidade que antes preparava os orientadores educacionais, que julga essenciais ao processo de inclusão. Seu texto relata uma pesquisa junto a professores em atividade e os resultados levam a autora a defender a formação de professores e de orientadores voltada a enfrentar a problemática de uma visão reducionista da diversidade.

A educação a distância é o tema de Gustavo Guimarães Marchisotti, Fátima Bayma de Oliveira e Alessandro Prudêncio Lukosevicious, que nele se detêm num estudo exploratório da representação social, numa perspectiva brasileira. Aplicaram a técnica de Pierre Vergès para o tratamento dos dados. Tendo utilizado conceitos teóricos previamente apresentados para discutir educação a distância, a representação social da EAD foi comparada a esse conjunto de conceitos, para validar o conhecimento e identificar *gaps* de aprendizagem. As representações identificadas por palavras conduziram os autores a premissas que, uma vez adotadas, acreditam eles poder promover a efetividade do processo educativo que ocorre na EAD.

O ensaio de Claudio Moura Castro e Juan Carlos Navarro, na seção *Página Aberta*, último texto neste número, se propõe a discutir os pontos fortes e as fragilidades do ensino superior privado na América Latina. Destaca-se neste ensaio

a assertiva de que os números sugerem que lucro e qualidade acadêmica não estão correlacionados. No que tange à regulação, os autores defendem a posição de que nem liberalidade total e nem controles pesados produzem os resultados esperados e argumentam sobre a necessidade que as instituições pequenas têm de apoio público.

Este conjunto de trabalhos que compõe este número permite perceber um fio condutor que percorre os artigos e desenha um cenário que oferece elementos para uma reflexão, sem limites, e até mesmo sem fronteiras, propiciadora de novos percursos das investigações.

Sonia Martins de Almeida Nogueira
Editora Associada